

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Eley Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETO LEGISLATIVO N. 288-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.216-72, de 9 de maio de 1.972, deste Poder

RESOLVE:

conceder a Sergio Valério Antonuccio, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 22 de janeiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 289-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.590-72, de 18 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à Ruth Carvalho de Mello, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de fevereiro de 1.972, data em que completou (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 290-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.820-72, de 27 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Loris Cordeiro de Barros, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, parte suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 18 de fevereiro de 1.972, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO N.º 291-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.252-72, de 10 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de Joaquim Vieira da Silva, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 292-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.750-72, de 23 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo n. 519-71, de 27 de outubro de 1.971, na parte que se refere a Benedito Siqueira Branco, a partir de 1.º de maio de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 293-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.973-72, de 4 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Mai Fair Perine, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 7 de março de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 294-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.752-72, de 23 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 172, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Carlos Janjão, a pres-

tar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 295-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.735-72, de 23 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Aldo Angelo Sperandio, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 296-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.588-72, de 18 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ary Natal Chemin, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 20 de abril de 1972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 297-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.807-72, de 27 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Luiz Augusto Cantador, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 16 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1.972.

aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 298-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.208-72, de 10 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Antonio Leandro, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 21 de abril de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 299-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.594-72 de 18 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a José Antonio Maingué, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 19 de fevereiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 300-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.203-72, de 10 de abril de 1.972 deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Nelson André de Araújo, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público,

computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso, I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 301-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.310-72 de 07 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os funcionários Ruth Camillo Russi, Cenira Silveira da Costa, Clarice Szatkowski e Rui Gabardo, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 302-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.243-72, de 10 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Marina Cunha Martins, ocupante do cargo da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, de nível "PL-23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 303-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.295-72, de 11 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Luiz Augusto Cantador ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro quinquênio compreendido entre 16 de maio de 1.962 e igual data de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 304-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.314-72, de 12 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Revogar o Item I, do Decreto Legislativo n. 267-71, de 19 de maio de 1.971, que designou Gerson Evangelista Passoa, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 16 de junho de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 80.ª Sessão Ordinária

Realizada em 16 de Junho de 1.972 - (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Aguinaldo Pereira Lima; Antonio Lopes Júnior; Antonio Belinati; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel; Emilio Carazzzi; Erondy Silvério; Francisco Escorsin; Fuad Nadi; Gilberto Carvalho; João Fadel; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomet; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Wilson Brandão (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Rosário Pitelli; Alvaro Dias; David Federmann, Fabiano Braga Cortes; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Mansur; Muggiati Filho, Nivaldo Kruger; Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Curitiba, 13 de junho de 1972

Of. n. 376-72.

Senhor Presidente:

Em atenção ao contido no ofício SC-198-72 dessa Presidência, e tendo em vista os entendimentos mantidos com Vossa Excelência, levo ao seu conhecimento que em data de 21 de junho próximo comparecerei a essa Casa de Leis, às 15,00 horas, de acordo com a solicitação do Deputado João Mansur, aprovada em sessão do dia 18 de maio último.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de distinto apreço e consideração.

(a) — MAURICIO SCHULMAN — Secretário da Fazenda.

EMENDA

EMENDA DE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI N. 284-71

No art. 1.º,

ONDE SE LÊ: "Fica denominado de "Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha",

LEIA-SE: Fica denominado "Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Netto".

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.972.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 57-72.

— De autoria do Senhor Deputado Antonio Costa, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 35-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem solicitam, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento, nesta cidade, da Senhora Ivonete Macedo Nery, progenitora da Senhorita Eliete Macedo Nery que presta serviços nesta Casa e irmã do Doutor Alceu Macedo, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e de Dona Nair Macedo, Conselheira da Fundepar.

Da decisão da Casa pede-se ser comunicado à família.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(aa) — ROSARIO PITELLI e
Xenofonte Villanueva.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n.º 19-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação aos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento sócio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

Art. 2.º — As medalhas, confeccionadas em ouro, terão no verso o emblema do Paraná e no anverso as palavras: Prêmio de Participação do Projeto Rondon, instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e serão ofertadas a todos os participantes do Paraná, naquele Grupo de Trabalho.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta da verba Encargos Diversos, consignação 3.1.6.0.02, do Decreto-Legislativo 201-72.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 16 de junho de 1972.

(a) — MAURICIO FRUET.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Rondon, instituído pelo Decreto n. 62927, de 28.6.68 e reformulado pelo decreto n. 67505, de 6.11.70, desde o início de suas atividades e sempre trazendo por lema "Integrar para não Entregar" vem se caracterizando por proporcionar ao estudante brasileiro o contacto com a realidade nacional proporcionando-lhe a futura liderança e a sua conscientização das reais necessidades do País, estimulando-o à criação de sua mentalidade nacional de participação comunitária.

Sendo uma evolução da filosofia do referido Projeto, o "Campus" avançado daquele Grupo de Trabalho é basicamente, uma área de estágios para estudantes universitários, objetivando a melhoria de sua formação profissional, a sua maior participação no desenvolvimento do País e o conhecimento das condições de trabalho no interior. As atividades realizadas pelos estudantes proporcionam o engajamento dos grupos populacionais, a interação do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo do desenvolvimento das comunidades. Assim os estudantes contribuem para melhorar o nível de vida da população interiorana, além de serem ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário.

A instituição de medalhas para a entrega aos estudantes paranaenses que participaram do Projeto Rondon, nada mais significa do que o agradecimento deste Legislativo e do povo por ele representado, do esforço que estes jovens procuraram desenvolver pela melhoria do nosso homem do interior, abrindo-lhes novas perspectivas de vida, razão pela qual confiamos na aprovação do Projeto em tela, pelos nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A mesa tem a honra e a satisfação de anunciar em Plenário a presença do ex-deputado Federal, João Feder, que foi também Deputado Estadual e presidiu esta Casa por mais de um período.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Traz-me à Tribuna o desejo de prestar esclarecimentos à Casa e aos meus pares, muito

embora considerasse não ser necessário dizer aos meus ilustres colegas, jamais ter sido homem afeto a negociações ou a negócios escusos, que envolvem problemas de alienação de terras neste Estado.

Mas, faço questão neste instante de alto e bom som, justificar a apresentação de um plano de lei que determinada imprensa no Paraná, ao noticiar o fato, procurou estabelecer responsabilidade de um ex-governador.

"O Estado do Paraná", que se edita nesta capital, na edição de hoje, historia a apresentação do Projeto de Lei n. 9-72, assinado por mim e que mandava referendar a alienação de área de terras de 242 mil metros quadrados, situada no Morro das Caieiras, município de Guaratuba.

Devo dizer à casa os antecedentes que provocaram esta medida: Em data de 22 de março do corrente ano, o Sr. Prefeito Municipal Miguel Jamur, de Guaratuba, endereçava ao deputado Wilson Fortes, Presidente da Assembléia, o Ofício 77-72, em que dizia: "Integra o quadro urbano desta cidade, uma área de aproximadamente 10 alqueires, situada no Morro das Caieiras, no lugar denominado "Praia Encantada", com cerca de 1.300 metros de frente para o Oceano Atlântico, bastando para tanto, ser urbanizada.

Recentemente, foi dita área loteada, tendo este município aprovado a respectiva planta de loteamento. Dispõem-se os interessados em produzir no imóvel, benfeitorias urbanísticas sem ônus ao município, tais como: arruamento, instalação de rede de águas e iluminação pública; tal iniciativa privada, vem de encontro aos legítimos interesses da municipalidade, que se resente da falta de urbanização desta área, fato que se constitui em entrave ao desenvolvimento urbanístico. Dispomos de conhecimento extra oficial que a Douta Procuradoria Geral do Estado está em vias de propor ação judicial visando anular a alienação feita pelo Estado do Paraná a particulares, relativamente à área em apreço. Se tal suceder, é lícito supormos que haverá paralização das obras de urbanização e suspensão da venda de lotes a interessados, trazendo com isso obstáculos ao desenvolvimento urbanístico da cidade, com reflexos danosos aos interesses vitais do Estado interessado em desenvolver e em incrementar o turismo em nosso litoral. Aliás este município tem se ressentido da falta de recursos e incentivos por parte do Governo Estadual. De sorte a não dispor de condições competitivas com os balneários do vizinho Estado de Santa Catarina, para onde se deslocam os veraneistas paranaenses, com sensíveis prejuízos à economia do Estado e, especialmente, ao desenvolvimento deste município, o que é público e notório.

Em razão do exposto, solicitamos a esta Egrégia Assembléia que, dentro do que lhe parecer justo, legal e razoável tome as medidas necessárias no sentido de evitar conflito judicial sobre a área em apreço, encontrando uma solução definitiva, eficaz e urgente para a defesa dos legítimos interesses da municipalidade e do seu desenvolvimento urbanístico.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. as expressões de minha elevada estima e distinguida consideração aliada às mais

RESPEITOSAS SAUDAÇÕES

AS. — MIGUEL JAMUR

Prefeito Municipal".

Este Expediente foi despachado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, "Protocolo-se. "Ao 1.º Secretário, para os devidos fins. Em 5.4.72. a) Wilson Fortes".

Em data de 20 de março, a Colônia de Pescadores Z-7, ocupante de parte desta área, endereçou também ao Presidente da Assembléia o ofício 2-72 que diz:

"Em nome de 1.200 pescadores deste município e em defesa de 39 famílias de pescadores residentes no Morro das Caieiras no lugar denominado Praia Encantada, vimos perante V. Exa. e seus ilustres Pares, expor e solicitar o seguinte:

1.º — Como é do conhecimento geral, na aludida praia, os seus proprietários estão empreendendo um loteamento já aprovado pela Prefeitura Municipal desta cidade de Guaratuba, visando urbanizar aquela praia, dotando-a de instalação de água, luz e abertura de ruas;

2.º) Com isso se conseguirá o desenvolvimento urbano daquele recanto, que virá significar progresso ao município e incremento ao turismo de nosso litoral;

3.º) Na aludida praia estão instaladas 39 famílias e pescadores, com as quais já foram celebrados acordos, recebendo cada possessor um lote devidamente escriturado, legalizando-se, assim, uma situação irregular, em favor dos pescadores, que não só possam a dispor de um imóvel legítimo, como também usufruirão dos benefícios do desenvolvimento urbanístico da área, com maior demanda aos pescadores;

4.º) E do interesse geral que dita área seja urbanizada, eis que, situando-se dentro do quadro urbano, sua não urbanização significa entrave ao desenvolvimento da cidade;

5.º) Tem-se conhecimento extra-oficial de que o Estado do Paraná pretende ingressar com ação judicial visando anular o título que conferiu à aludida área, ação essa que, necessariamente, desestimulará qualquer aplicação de dinheiro no imóvel, quer por parte de seus proprietários, quer por parte de terceiros interessados na aquisição de lotes;

6.º) Portanto, se o Estado tomar essa iniciativa, virá prejudicar os interesses não só do município, como especialmente dos pescadores que aqui habitam.

Por essas razões, fazemos um apelo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na medida do possível, evite que se venha a prejudicar os interesses dos pescadores. a.) Sylvio Monteiro".

Pedem a esta Assembléia Legislativa, a quem compete, uma lei referendando a alienação.

Em data de 22 de março a Câmara Municipal de Guaratuba, através do ofício 6/72 dirigido ao Presidente Wilson Fortes, encaminhou também expediente no mesmo sentido, pedindo as providências desta Assembléia para que se referendasse a alienação feita pelo Estado do Paraná e juntaram a documentação o título de domínio pleno de terras expedido pelo Governo do Estado do Paraná em 19 de agosto de 1970. Juntaram mais, certidão do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais, em que consta a transcrição do título. Juntaram ainda a certidão do 1.º Tabelião Oficial do Registro de Imóveis em que consta "revendo os livros de registro de imóveis, etc."

Também do oficial de registro de imóveis, Marise P. Vosgerau, de S. José dos Pinhais, certido com a prova vintenária do terreno.

Esta solicitação do Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores; portanto, dos Poderes constituídos de Guaratuba, acompanhada de solicitação da entidade que congrega 1.200 pescadores de nosso litoral, foi, pelo Presidente, despachada ao 1.º Secretário para os devidos fins.

O que fez este Deputado? Encaminhou o problema ao Gabinete de Assistência Técnica deste Poder e solicitou, no GAT, um pronunciamento sobre

o assunto. Se cabia, constitucionalmente, a este Poder autorizar o Governo do Estado a referendar o título de terras que viria a ser objeto de ação de litígio na justiça em função, segundo se soube, da falta do preenchimento de alguns requisitos por ocasião da titulação.

Foi batido o plano de lei, justificado e não houve agendamento em sua votação.

A Comissão de Constituição do Estado, com a presença da maioria de seus membros, em data de 26 de abril deu parecer favorável ao plano de lei.

Mais tarde, em 16 de maio deste ano, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, com a maioria de seus membros presentes, rumo de suas sessões, também emitiu parecer favorável a este plano de lei.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi remetido o autógrafo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e como é norma, através da Secretaria do Governo, o Secretário diligenciou sobre a validade do plano de lei e das informações obtidas. O DGTC informou pelo veto, porquanto fez menção a um dos dispositivos que não foram cumpridos pelo DGTC, na época da titulação. E a Casa Civil, no começo da semana passada, chamou-me a Palácio e informou-me do parecer do DGTC. Este Deputado, que não tem interesse pessoal nenhum neste plano de lei solicitou, porque aquela alienação estava eludida de vícios, que o Sr. Governador vetasse o Projeto de Lei. E S. Exa. o vetou realmente.

Estranho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Canal 4, TV Iguaçu, e o jornal "O Estado do Paraná" — a verdade é que nunca me foram simpáticos, e há recíproca dessa condição de animosidade, em função de problemas políticos regionais — vem, hoje, e dão publicidade a uma notícia que historia a tramitação, mas deixa de consignar algumas verdades que me deixariam a cobro de qualquer pretensa participação escusa na assinatura deste plano de lei. Porque não diz aqui que as Comissões Técnicas consideraram o Projeto constitucional. Pretendem envolver-me com o ex-Governador Haroldo Leon Peres, esquecendo que este plano de lei é datado deste ano, do mês de abril de 72 quando a renúncia do Sr. Haroldo Leon Peres verificou-se em novembro de 71. Pretendem, através de mistificação, jogar lama naqueles que não têm feito outra coisa senão lutar, diuturnamente, em favor dos interesses e na solução dos problemas de sua gente.

E eu desafio alguém que diga que este Deputado, ou qualquer parente seu que reside neste Estado, possua um palmo de terra que não seja urbano. E esse desafio é necessário para que não se procure conspurcar a honra de quem tem dado tudo de si em favor de sua gente.

Estou, é verdade, envolvido na luta em favor dos posseiros de terra de minha região, desde os idos de 54, há 20 anos já, e sempre consegui, graças a Deus, sair dessa luta sem possuir um palmo de terra, um pinheiro, a não ser uma casa situada aqui em Curitiba e ainda mesmo alienada à Credimpar que financiou a sua construção. Não sei porque essas insinuações maldosas. Talvez porque tenha este Deputado tido a coragem de, algumas vezes, defender aqueles que tendo passado pelos postos de mando, e estando hoje completamente aliçados da vida pública, menosprezados, tenha, repito, a coragem de algumas vezes defender a honra de suas famílias. Não vejo outra razão que possa pretender envolver-me neste episódio.

Tinha que vir à Tribuna para dar esse esclarecimento, para dizer que este plano de lei foi provocado pelas autoridades constituídas do município de Guaratuba, por expediente do Prefeito, da Câmara de Vereadores, da Colônia de Pescadores, de que ocupa a área e pretende valer, de uma vez por todas, títulos em favor de seus ocupantes. E o Prefeito, preocupado com seu plano urbanístico, nada mais do que isso, a não ser o interesse, talvez, da CABENFALE, que é o órgão que congrega os funcionários deste Poder, que tem também nessa área 10 mil metros quadrados, onde deseja edificar a Colônia de Férias dos Funcionários da Assembléia Legislativa, cuja planta aprovada pela CABENFALE há 2 anos, já está aguardando que desapareça o litígio para construir lá 40 apartamentos para as famílias dos servidores deste Poder Legislativo.

Se algum pedido eu recebi pelos interessados neste plano de lei, foi do Presidente da CABENFALE, que deseja construir essa Colônia de Férias no local, onde tem já a área delimitada. Este é o pecado que se comete, porque de boa fé se pretende resolver problemas criados sem a nossa participação. Mas, fique certo o colonista do jornal "O Estado do Paraná", dia virá em que o seu titular, que é político, que jamais deixou de sê-lo, haverá de pretender percorrer este Paraná solicitando para si ou para seus amigos, o voto popular para galgar uma posição eletiva neste Estado. Nós não esquecemos ofensas quando elas nos atingem, ou pretendem atingir, moralmente, e não haveremos, jamais, de esquecer essa tentativa maldosa, porque aqueles que mais e com maiores sacrifícios nos ajudamos, na época em que eles mais precisam da gente, quando nós avaliamos candidaturas junto a nossos amigos e nossos eleitores em nossa região, pedindo pelo amor de Deus que salvem o Paraná elegendo aquele que para nós é uma expressão da vida pública paranaense, depois de servidos, são sempre os que usam dos meios que dispõem, para procurar enlamear a honra de quem jamais se permitiu ao luxo, sequer, de defender interesses de pseudas companhias colonizadoras, e que na minha região proliferaram tanto e de tantas e amargas recordações.

Quero crer que com esse esclarecimento a Casa, ao ler essa notícia, não tenha outro entendimento, senão o verdadeiro.

Vou procurar fazer com que os expedientes do Prefeito, da Câmara de Vereadores, da Colônia de Pescadores, os Pareceres das Comissões Técnicas desta Casa e os interstícios, cumpridos regimentalmente por esta Assembléia, cheguem ao conhecimento da opinião pública.

Gostaria, também de solicitar a que nenhum Sr. Deputado se preste a colher dados desta natureza, como neste caso, e fornecê-los à imprensa sem estarem completos. Se assim procederem, por favor, tenham a dignidade de fornecer dados completos e se foram fornecidos completos à imprensa, o jornalista que não exclua das informações a serem dadas ao público leitor, aquelas que ponham a coberto o Deputado autor do plano de lei.

Se não tivermos aqui um pouco de ética parlamentar, se não soubermos nos respeitar mutuamente no que diz respeito a salvaguarda da honra e do bom nome que todos temos e temos a obrigação de preservá-lo, então este Poder nada mais terá que fazer senão fazer cópia às vozes daquelas pessoas que há tanto tempo procuram significar que nós aqui nada fazemos e nada valemos.

Era necessário que fizesse este desabafo. Não poderia, com toda a sinceridade, levar para casa essas insinuações maldosas. Não seria agora, depois de tantos anos de vida pública, que iria permitir que um fato como esse, sem significação para mim, levando em conta a opinião pública do Estado, o apreço e a amizade de meus colegas, me envolvesse num episódio desta natureza.

Deixo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Tribuna colocando à disposição, porque está com carga para este Deputado, todo o processo que deu ori-

gem à apresentação deste Plano de Lei. Ficará neste Plenário ou na Sala da 1.ª Secretaria para que os Srs. Deputados observem o processo, as solicitações, os despachos da Mesa Executiva, os pareceres das Comissões Técnicas, tudo enfim para que não se jogue lama, em qualquer outra oportunidade, quando este Deputado pretender, pelo meio mais simples e constitucional, resolver um problema que, se submetido ao julgamento da Justiça, haverá de levar longos anos, com prejuízo para o Município de Guaratuba.

O SR. FUAD NACLI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Temos o maior respeito pela sua pessoa, pois o conhecemos desde o primeiro mandato nesta Casa.

Sabemos da sua formação como homem público e como bom pai de família.

Estávamos entrando no Plenário quando V. Exa. ocupava essa Tribuna, e tomamos a liberdade de dirigir este aparte, quando, pegando o jornal "O Estado do Paraná" tomamos conhecimento do problema que diz respeito ao Morro de Caeiras.

Conhecemos a sua formação, nobre Deputado, e convivemos com V. Exa. como Deputados nesta Casa, sabemos, e jamais, nem de leve, poderia passar pelas cabeças ou no pensamento dos Srs. Deputados, que V. Exa. tomaria uma atitude contra quem quer que seja. Acredito que não conheço o processo do Projeto de Lei que V. Exa. apresentou no dia 22 de Abril, nesta Casa, porém, todos os Srs. Deputados conhecem perfeitamente a maneira com que V. Exa. tem dirigido os destinos desta Casa frente à 1.ª Secretaria, e nós particularmente, que vivemos sempre na 1.ª Secretaria, queremos aqui afirmar, e tenho certeza que este deva ser o pensamento de todos os Srs. Deputados, que, se alguma coisa existe nós temos a certeza absoluta que V. Exa. está agindo com a melhor boa fé e a melhor das intenções. Se na realidade o referido Projeto pode trazer problemas a moradores, tenho a certeza que jamais passou pela minha cabeça ou pela cabeça de V. Exa. — dada a formação de V. Exa. — trazer prejuízos a quem quer que seja.

Queremos louvar a atitude de V. Exa., e solicitar ao vespertino "O Estado do Paraná" que, quando noticiar no seu jornal, que transcreva — como bem disse V. Exa. — na íntegra, aquilo que contém o Projeto, a fim de que não haja dúvidas a respeito de homens, de senhores que ocupam os assentos desta Casa, representando com dignidade o povo paranaense.

Queremos trazer aqui, o modesto apoio de um Deputado que convive com V. Exa., para aquilo que for necessário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Deputado.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a bondade das palavras de V. Exa., nobre Deputado, eis que elas serviram para que eu me permitisse, nesse intervalo, fazer uma pausa e poder raciocinar melhor. Quero crer que o meu estado de ânimo não me permitiu historiar melhor o acontecimento, porque só historiei os fatos que provocaram a apresentação do Plano de Lei, e devo agora justificar mais pormenorizadamente a parte legal da apresentação do Plano de Lei.

Diz a Constituição, que a alienação de bens dominiais do Estado, de acordo com dispositivo constitucional, depende de autorização legislativa, e, segundo as informações, a alienação desta área de terras não cumpriu aquele preceito constitucional.

Consoante jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado do Paraná, também o Estado é parte ilegítima para pleitear juridicamente a anulação de titulação de áreas de terra, quando ele próprio, o Estado, tenha dado causa ao vício de transação e é o caso presente, e nós procuramos saber mais detalhes sobre o assunto. Ainda que viesse a ser obtida a anulação judicial pretendida pelo Estado, o Estado necessariamente teria que indenizar terceiros de oia fé que adquiriram aquela área, significando, no meu entender, pesado ônus para o Governo do Estado do Paraná — porque o Estado alienou a determinado cidadão, e este transcrevendo o título de domínio pleno, vendeu a terceiros esta área, e a estes a própria autoridade, o próprio Poder Municipal de Guaratuba, aprovando as plantas de urbanização, deu, a eles, o alvará de loteamento. E quantas pessoas já adquiriram datas daquela área!

E nós sempre entendemos que era interesse do Estado, urbanizar melhor o seu litoral para fazer face à concorrência ao catarinense que está levando não só os paranaenses para o seu litoral, mas os brasileiros que vêm de quase todas as partes deste País. Achamos que é do interesse do Estado amparar as iniciativas privadas, verificamos bem a documentação que chegou às nossas mãos, com as solicitações do Prefeito, da Câmara e das famílias de pescadores que residem naquela área.

Fizemos o que achamos e o que ainda julgamos ser direito, legal, constitucional, melhor para o Estado. O que não entendo, honestamente, foi a notícia nos termos em que ela está vasada. Não entendo.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Tomazoni, V. Exa. assumiu a Tribuna na manhã de hoje para dar uma satisfação à Casa e ao Paraná. Eu quero dizer V. Exa. e acredito que toda a Casa, respeitando o nosso pronunciamento e o conhecimento que tem da sua pessoa, esse esclarecimento torna-se praticamente desnecessário. Nós que militamos na vida pública, ingressamos nela junto com V. Exa. em 54 e que por essa razão nos conhecemos mutuamente e compreendemos perfeitamente a razão pela qual V. Exa. está na vida pública, como nós também, jamais poderemos acreditar no noticiário da ordem do qual V. Exa. divulgou como verídico. E creia nobre Deputado Ivo Tomazoni que todos os homens bem intencionados como V. Exa. o é e é o exemplo, é o padrão da dignidade, da honestidade, da seriedade nas funções que exerceu como Prefeito de Pato Branco, como locutor da rádio de Pato Branco e posteriormente e até agora como Deputado Estadual, acredito sinceramente, o povo que o conhece, o povo que o compreendeu e o entendeu, o respeita pelos seus atos e pelas suas ações, continuará acreditando naquilo que V. Exa. sempre foi e sempre será. Era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. Deputado Leopoldo Jacomel e com toda a honestidade, faço mais este esclarecimento e este depoimento dirigido àqueles que não têm comigo convivência, porque todo o homem público, Deputado Leopoldo Jacomel, está sujeito à fiscalização de determinadas parcelas da população que nunca privou com o Deputado e com o homem público. E a estes que pretendo dar uma satisfação para não permitir que tenham da minha pessoa uma idéia que não seja a verdadeira. Agradeço a bondade das palavras de V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Se tardei um pouco em pedir este aparte a V. Exa. é porque não tinha tomado conhecimento da matéria publicada na imprensa.

Entretanto, desnecessário seria que dissesse aqui, palavras como as que vou dizer, atestando através do longo convívio que tive com V. Exa. no sudoeste do Paraná, todo um passado digno e merecedor do respeito de todos aqueles que com V. Exa. convivem não só no Sudoeste do Paraná, como

fica dele. Desnecessário insisto, seria, que eu atestasse aqui. Quero, entretanto, na condição de Deputado do Partido oposto ao de V. Exa., pois que disputei eleitoralmente com V. Exa. os votos do sudoeste do Paraná, deixar registrada aqui, a minha solidariedade a V. Exa., porque estou convencido de que a procedimentos como este que envolveu V. Exa., todos nós estamos sujeitos.

Quero hipotecar-lhe irrestrita solidariedade e dizer que a ninguém há de passar ilitada sequer, dos propósitos sadios que movimentaram a sua atitude ao encaminhar a proposição de Lei que explica neste momento à Casa. Era o que tinha a dizer a V. Exa. O meu muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — São confortadoras as palavras de V. Exa., nobre Deputado Sebastião Rodrigues, mesmo porque V. Exa. tem sido comigo um dos batalhadores incansáveis na defesa sempre dos humildes, naquela nossa região que é o Sudoeste do Paraná.

E haveremos, nobre Deputado Sebastião Rodrigues, nós dois, com os demais representantes da região, de continuarmos com os mesmos propósitos, na mesma linha de conduta para atestar que não nos move outro desejo na vida pública senão aquele de servir ao nosso Estado, à nossa gente.

Agradeço a V. Exa. a bondade das palavras, e quero novamente significar que este processo permanecerá à disposição dos Srs. Deputados para que tomem conhecimento do teor de todas as suas peças para evitar qualquer mal entendido já objeto desta comunicação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, conhecemos V. Exa. não é de hoje. Sabemos da sua atuação, mormente agora, quando detém o cargo de 1.º Secretário, desta Casa. E desde a sua indicação, nós a vimos com tranquilidade, porque sabíamos como se portaria neste cargo de preeminência.

Sr. Deputado, se esta notícia fosse divulgada em véspera de uma eleição, dir-se-ia que aí estava contido talvez um malefício que se quisesse fazer para que V. Exa. não visse alçado a este cargo por mais uma Legislatura. E estamos ainda a dois anos, não sabemos o que possa justificar um editorial como este, de um jornal de conduta como todos nós conhecemos, ilibada. Porque senão: dúvida alguma "O Estado do Paraná" é um jornal que nos merece conceito.

De modo que não se sabe a que atribuir notícias desta forma divulgadas. E quando V. Exa. faz a sua defesa nesta Tribuna, defesa que se fazia necessária, só nos resta esperar que o matutino dê a mesma divulgação à defesa que V. Exa. está hoje fazendo. Porque nós Deputados, sempre dizemos: — Nós temos a nossa Tribuna para nos defender, nós temos a nossa Tribuna que é uma trincheira, mas sabemos também que esta trincheira depende em muito da divulgação que se dá ao que nós aqui debatemos; ao que nós aqui tratamos.

Sr. Deputado, quando cheguei a esta Casa, hoje, depois de ter lido esta notícia, ainda fiz blaque com V. Exa.: — Eu disse que se não se tratasse de sua pessoa, eu perguntaria quantos lotes estaria levando o Deputado que apresentasse um projeto como este. E foi quando V. Exa., cuidadosamente, mostrou-me que isto partira de um expediente da prefeitura de Guaratuba; que a Câmara Municipal endossou este pedido. Mostrou V. Exa. toda a documentação que estudou e inclusive recomendações viradas de outro poder, dizendo que este projeto poderia ser apresentado. V. Exa. teve tranquilamente de ouvir o órgão técnico da Casa, que é o Gabinete de Assistência Técnica. V. Exa. sabia inclusive, e este é um cuidado que nós Deputados temos de ter, bons colegas. V. Exa. sabia que inclusive a CABENFALE tem creche, tem terreno comprado neste morro. V. Exa. entendia que estava inclusive servindo a esta colônia de férias da Casa. De modo que, depois das explicações que V. Exa. deu, eu só fiquei cioso de que esta defesa apresentada tivesse a divulgação necessária, porque confesso a V. Exa. e todos os Deputados não de reconhecer a pessoa que ler apenas esta primeira notícia, fica nas entrelinhas, fica parecendo a esta pessoa que havia sido o pedido de algum grupo interessado e que o Deputado tivesse accedido a este pedido. De modo que, como disse, oxalá de o matutino a divulgação necessária da defesa que V. Exa. faz. Defesa essa que, para nós Deputados, seria perfeitamente indispensável, porque, Sr. Deputado conhecemos a sua hombridade, conhecemos a sua conduta, conhecemos o seu caráter, conhecemos os seus propósitos. E por isso dizemos que a explicação para nós outros era perfeitamente dispersável. Mas, para uma divulgação, ela se faz necessária, e muito.

Era o aparte que queria dar a V. Exa. e a minha solidariedade irrestrita a pessoa de V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Deputado Arthur de Souza, muito obrigado pela solidariedade e confesso a V. Exa. que quando li a notícia tive a mesma impressão que V. Exa. teve. Ao ler a notícia nas entrelinhas, a malícia que ela encerra é injustificada. Não há como pretender justificar a divulgação deste projeto de lei, nos termos em que ela veio. Mesmo porque, procura envolver a participação de um ex-governo que já estava aliado há 5 ou 6 meses, há meio ano, das suas funções, quando da apresentação deste projeto de lei.

A preocupação de vir a esta Tribuna, historiar realmente os fatos, como eles se verificaram, para que não pairassem dúvidas da nossa boa fé ao subscrever este projeto de lei. E não foi só boa fé. Eu continuo dizendo que considero esta medida a única capaz de resolver o problema. Porque o Estado vai se ver com um mandato de segurança da parte do titulado ou dos terceiros de boa fé que adquiriram esta porção de terreno que, procurarão ressarcir-se dos prejuízos que tiveram com a aquisição e a aprovação dos projetos, com a feitura do projeto de urbanização, com a venda das datas já efetuadas e que impediu que o Estado passasse até agora por este episódio.

Louvou-se o Governo do Estado em ter dado provimento a uma informação do DGTC, que tem a dirigir-lo um homem que está acima de qualquer suspeita, porque é um homem de bem.

Se o Cel. Clovis Cunha Viana entendeu que esta alienação não deveria ser referendada é porque naturalmente a titulação, quando se verificou, deixou de ser precedida por uma autorização legislativa, porque estas terras, quando foram tituladas pelo Estado, não eram consideradas terras devolutas do Estado do Paraná e sim eram parte integrante dos bens dominiais do Estado do Paraná.

Era o esclarecimento que queria dar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, não vou verbalizar o óbvio, fazendo o elogio, do comportamento parlamentar pessoal de V. Exa. V. Exa. pode estar tranquilo porque é um cidadão acima de qualquer suspeita. Em face da informação e de relato que V. Exa. fez pediremos à Liderança que, ao examinar o veto apostado pelo Governo do Estado o faça detidamente, porque se o problema tem a dimensão que tem, e tenho a certeza de que V. Exa.

não exagerou, há necessidade de pelo menos sta vez não acolher o veto com agodamento e com a falta de análise mais detida e profunda. Nestas circunstâncias era apenas o que eu tinha a interferir deixando claro que V. Exa. fique tranquilo, que é um cidadão acima de qualquer suspeita e a Liderança, ao examinar o veto, que o faça judiciosamente. Era o que tinha a dizer.

O SR. IVO TOMAZONI — Fico grato a V. Exa., Deputado Luiz Roberto Soares. Fiz meu pronunciamento por uma questão de foro íntimo e votarei pela manutenção do veto. Não quero com isto parecer incoerente. Mas, repito, fui chamado pelo Chefe da Casa Civil ao Palácio antes que o sr. Governador do Estado apressasse o veto neste plano de lei e li as informações prestadas pelo Procurador Geral do Estado e pelo DGTC. Naquelas informações pude observar que há disposição do Estado em questionar no Poder Judiciário a nulidade do título. E desde que seja esta a disposição do Estado, quero crer que o Poder Legislativo deve deixar que o Governo do Estado sofra esta incursão por parte dos prejudicados e que a Justiça, que tem talvez menor poder de sentimentalismo que nós políticos, possa julgar isto com toda a isenção de ânimo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não estou propondo que se acolha, ou se rejeite o veto. O que estou propondo é que se o examine judiciosamente. Ocorre que se fôr possível verificar os prejuízos sociais que poderiam decorrer do veto e que seriam enormes, continuo entendendo que caberia a esta Assembléia rejeitá-lo. Todavia, se assim não fôr, que se o mantenha. A minha posição é essa, muito embora V. Exa. tenha se referido a uma decisão jurisprudencial em que fica claro e definida a ilegalidade do Estado para anular, ou participar de feitos que decorram de atos seus próprios. E essa decisão jurisprudencial é matéria pacífica de nosso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que os atos administrativos que geram direitos subjetivos a terceiros não podem ser revogados. Há unanimidade da matéria nesse sentido.

E isto que proponho: proponho que se examine judicialmente, sem "parte-pri". Não estou propondo que se o acolha, nem que se o rejeite, mas, sim, que se o examine.

O SR. IVO TOMAZONI — E nós estamos cansados de saber que a Justiça se houve sempre com: uma linha de conduta, jamais anulou um título de domínio pleno expedido pelo Estado do Paraná. E todas as decisões encorajadas foram no sentido de solicitar sempre o Parecer do DGTC, respeitando sempre o direito social, ressarçando o titular de prejuízos e alienando a terra para aquele que a ocupava mansa e pacificamente.

E, neste caso, eu, na justificativa do plano de lei, justificativa também redigida pelo Gabinete de Assessoria Técnica deste Poder composto de eminentes juristas — eles tiveram este entendimento também — o que motivou que este Deputado o subscrisse.

Era o que me cabia informar.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, gostaria de, inicialmente, afirmar a V. Exa. e a esta Casa que, realmente, não creio, não acredito, pelo seu passado, pela sua atuação no presente, que houvesse da sua parte má fé ou dolo ao apresentar essa projeto. Qualquer um dos Deputados que aqui estão, estariam sujeitos, uma vez procurados uma vez oficiados, como — é o caso, através da Prefeitura e de outra entidade a que V. Exa se referiu, com os argumentos que esses ofícios contêm, qualquer um dos Legisladores desta Casa estariam sujeitos à apresentação, com a mais pura boa fé, a apresentar um projeto nesse sentido.

Portanto, entendendo que sua revolta, que seu desejo de explicação é plenamente justificado e merece o destaque devido em termos de defesa pessoal de uma atitude sua, mesmo porque, segundo se depende do noticiário do jornal, quando V. Exa. apresentou esse projeto, a Procuradoria Geral do Estado, o DGTC sobre ele, evidentemente, não tinham se manifestado. Manifestaram-se quando instados pela Secretaria do Governo. E, inclusive, a própria dúvida levantada pela Procuradoria Geral e pelo DGTC, evidentemente, não haviam ainda, ao ser apresentado o projeto condições de legitimar a doação de terras, ou não. Inclusive, a dúvida jurídica não havia. Portanto, é perfeita a sua posição como autor do Projeto.

Quero apenas fazer uma ressalva no discurso de V. Exa.: não creio que esteja envolvido o proprietário da empresa jornalística, porque creio que ele não saiba aquilo que ocorre dentro de seu próprio órgão, não acredito que houvesse desejo de envolver a sua pessoa em um noticiário desses por parte do homem que dirige a organização. V. Exa. tem, como teve de outros Deputados, a minha solidariedade. Apenas com essa ressalva, de que não acredito que houvesse interesse do ex-Governador Paulo Pimentel, se é que V. Exa. a ele se referiu porque tive que atender chamado telefônico e sai muito da sala, mas, pelo que pude perceber, V. Exa., na sua revolta justificada, tentou, ou disse claramente, que o proprietário da empresa que era político atuante, voltaria a pleitear apoioamento a seus companheiros de erião. Não acredito, sinceramente, com lealdade, que V. Exa. devia atribuir e culpar esse cidadão, de quem não tenho procuração para defender, mas que acho que deve ser esclarecido esse ponto. Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. a solidariedade e, com honestidade, me referi ao titular da empresa editora "Estado do Paraná" julgando que ele pessoalmente estivesse interessado na divulgação da notícia, nos termos em que ela veio, procurando, quem sabe, politicamente, entranquecer uma tendência que possa julgar mais simpática a uma outra liderança, dentro da Aliança Renovadora Nacional.

Mas, ao deixar a Tribuna faço questão, tão somente, de fazer alusão a um tópico de um dos expedientes que provocou a apresentação desse projeto de lei, assinado pelo sr. Silvio Monteiro, Presidente da Colônia de Pescadores de Guaratuba, que comporta mil e duzentos pescadores de nosso litoral. No item 3.0 do Expediente, que foi endereçado ao sr. Presidente da Assembléia Legislativa e despachado para mim, disse o Sr. Silvio Monteiro: "na aludida praia estão instalados 30 imóveis de famílias de pescadores, com os quais já foram celebrados acordos, recebendo cada possessor o lote devidamente escriturado, legalizando-se assim, uma situação irregular em favor dos pescadores, que não só passam a dispor de um imóvel legítimo, como também passariam a usufruir dos benefícios da área, com maior demanda de pescados, etc."

A informação que me chegou é que, de fato, os pescadores, ao celebrarem o acordo, receberam a escritura transcrita e agora, se o Estado moveu a ação de nulidade dos títulos, aquelas famílias ficarão completamente desalojadas da área de terra que ocupam. Esta é só uma das partes sociais desse projeto de lei.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, é do conhecimento da Casa e de grande parte dos políticos mi-

litantes no Paraná, as ligações de amizade que sempre tivemos, eis que, por vários anos, trabalhamos na Praça Zacarias, em uma mesma sala, em escritório conjunto. Isto posto, acho de capital importância meu depoimento, é claro, em favor de V. Exa. Inclusive, a casa que V. Exa. possui, eu fui um dos amigos seus que, juntamente com sua digníssima esposa, o induziu, quase sem condições, a adquirir aquele terreno.

No aparte que ofereço a V. Exa. de solidariedade, é claro, feita esta explicação, me coloco na mesma posição do Deputado Cândido Martins de Oliveira, pois tenho certeza absoluta, embora não tenha procuração do eminente ex-Governador Paulo Pimentel — estive ontem à tarde com S. Exa. e fui tomado de surpresa por esta notícia — que não há intenção, Deputado Ivo Tomazoni, do Diretor dessa empresa ex-Governador Paulo Pimentel, em atingir V. Exa. Naturalmente, foi uma notícia que o jornal achou por bem divulgar, mas não há intenção, repito, em prejudicar V. Exa.

Tenho certeza, também, que esse órgão achará por bem publicar, como bem disse o Deputado Arthur de Souza, com o mesmo destaque a defesa brilhante, justa, oportuna e necessária que V. Exa. faz neste momento.

Quero, neste instante, para que não pare dúvida no meu depoimento, porque conheço V. Exa. há tantos anos cujo padrão de honra e de dignidade servir de exemplo e conduta até para nós outros, que fique registrado que, de fato, o nobre Deputado tem sido um homem cuja conduta serve de modelo para os homens de bem que militam na política.

Era o aparte que desejava dar a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o seu aparte e deixo a Tribuna afirmando que este processo permanecerá à disposição dos Srs. Deputados para melhor se informarem do teor do que nele se encontra. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Honra do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de Redação ao Projeto de Lei n. 284-71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.**

Ainda, sobre a mesa, ofício n. 376-72, de autoria do Sr. Secretário da Fazenda, confirmando o seu comparecimento a esta Casa de Leis, às 15 00 horas do dia 21 de junho próximo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 6-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 103-71, que aprova Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 7-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 104-71, que aprova Convênio de Ajuda Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), para ser aplicado no setor de Ensino da Região. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 7-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Ajuda Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), destinado à aplicação no setor do ensino da Região.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 8-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 105-71, que aprova Convênio celebrado em 11 de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, Projetos e Obras de Eletrificação Rural. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 8-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 202-69, fica criada na cidade de Grandes Rios o Gínásio Estadual denominado "Ivone Pimentel". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N 202-69
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar através da Secretaria de Educação e Cultura, um Ginásio Estadual no Município de Grandes Rios, para funcionar a partir do próximo ano letivo, denominado Ivone Pimentel.

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo deixará ato para ocorrer com as despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 152-70, que autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Paranaíva, uma Escola Técnica destinada à Aprendizagem Industrial, sob regime de Fundação, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N 152-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar na cidade de Paranaíva, sob o regime de Fundação, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A Escola se constituirá de um Ginásio Técnico Industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades do mercado de mão-de-obra especializada.

Parágrafo Único — O curso ginásial técnico industrial terá a duração de 4 (quatro) anos e os cursos de aprendizagem de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 3.º — O ginásio e os cursos de que tratam esta Lei, poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato, com a supervisão da Fundação Paranaense de Assistência Social.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentada pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 197-71, que considera de Utilidade Pública, o Núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 197-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar como de Utilidade Pública, o Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 284-71, fica denominado "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto", o atual conjunto Arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios Públicos que nele se englobarem ou dele venham a se avizinhar.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 284-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado de Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha, o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou vierem a se avizinhar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

Ao referido projeto, foi apresentada emenda de redação que é a seguinte:

"EMENDA DE REDAÇÃO
Ao Projeto de Lei n 284-71

No art. 1.º,
ONDE SE LÊ: "Fica denominado de Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha",

LEIA-SE: "Fica denominado "Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Netto".

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1972.

a) Erondy Silvério".

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 285-71, fica outorgado o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 285-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica outorgado o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar, neste Plenário, as presenças honrosas dos Srs. José Rodrigues, Juiz de Paz e Edison Teixeira de Moraes, ambos da cidade de Grande Rio.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 35-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivonete Macedo Nery. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 57-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao atual Secretário Geral da Receita Federal, Sr. Dr. Lineu Klüppel, pela honrosa e merecida investidura em tão elevado posto. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor pelo transcurso dos 21 anos de fundação da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda de Curitiba. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Diretor Presidente da FUNDEPAR, no sentido da construção de uma sala de aula em Queimado das Campinas, Município de Piên. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de aplausos ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, pelo zelo e dedicação com que dirige essa empresa. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor Presidente da FUNDEPAR, no sentido de serem providenciados urgentes reparos no Grupo Escolar Gen. Rabello, em Rio Negro. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao ilustre Sr. Diretor do "Hospital Adauto Botelho" pela sua eficiente e humana atuação à frente daquela Casa de Saúde. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário do Governo, no sentido de determinar a restauração do mapa em relevo existente nas dependências do Palácio Iguaçu. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao jornalista Calil Simão, do "Diário Popular" pela promoção social que vem congregando os mais representativos nomes das sociedades paranaense e paulista. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 83-72. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante de Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de 3 (três) Srs. Deputados, com o objetivo de verificar no interior do Estado, a real situação do funcionalismo estadual. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. BORSARI NETO — (Pela ordem). Pergunto se foi contado o número de votos neste último requerimento. Requeiro verificação de quorum.

O SR. ANTONIO BELINATI — Eu acredito que não há razão de ser na questão de ordem, porque o nosso requerimento foi aprovado.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Teria razão o nobre Deputado da oposição, se V. Exa. tivesse aprovado o requerimento seguinte, mas ainda há tempo regimental. Portanto, o requerimento do eminente Deputado Borsari Neto é para que se faça verificação de votação. Tem amparo regimental. Portanto, procede, tem amparo regimental o pedido do Sr. Deputado Borsari Neto quando solicita verificação de votação.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Em que pese as ponderações do ilustre Deputado Paulo Poli, tenho a impressão, Sr. Presidente, de que o requerimento do eminente Deputado Antônio Belinati foi aprovado pela Casa; tem razão por outro lado o Sr. Borsari Neto em solicitar verificação de quorum. Isto pode ser efetuado, sem prejuízo, é claro, da aprovação que já foi feita do requerimento do Sr. Antônio Belinati.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). O Deputado Borsari Neto não pediu verificação de votação. Então, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o requerimento de V. Exa., tendo em vista que poderia ter errado na votação do aludido requerimento. Os srs. Deputados que votaram, queiram levantar-se.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Gostaria que constasse dos Anais que V. Exa. deu o requerimento por aprovado e está abrindo um precedente perigoso. Estão aí as notas taquigráficas, está gravado, V. Exa. deu por aprovado e agora voltou atrás. Então pediria a verificação de quorum para o voto deste requerimento que será votado duas vezes.

O Sr. Paulo Poli — (Pela ordem). V. Exa. pode estar tranquilo, pode-se fornecer certidão, mas cabe ao Plenário verificação de quorum, e realmente, uma vez verificado, feita esta intervenção, aí será definitivamente liquidado o assunto. Enquanto V. Exa. observar, o requerimento feito pelo Sr. Borsari Neto e reiterado por nós, ainda está pendente, e isto é regimen-

tal. Portanto, pode-se fornecer certidão das notas taquigráficas, não há problemas, nobre Deputado Presidente.

A Mesa está agindo de acordo com o Regimento, insisto que V. Exa. determina nova votação, o que é regimental para a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere primeiramente a solicitação do nobre Deputado Paulo Poli, de verificação de votação, porque não é o Presidente, nobre Deputado Belinati, que vota, é o Presidente que declara a votação e como tal, pode ser havido falhas no encaminhamento de votação. Então, vamos repetir a votação deste requerimento nos termos regimentais.

O SR. ANTONIO BELINATI — Pediria então a verificação de quorum, concordando plenamente com o requerimento do Deputado Paulo Poli. Nós pedimos também verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Será feito posteriormente ao requerimento de autoria do Deputado Paulo Poli.

O SR. PRESIDENTE — Será feito posteriormente ao requerimento de autoria do Deputado Paulo Poli.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, não podemos votar matéria e depois verificar se tinha número legal para que a mesma fosse votada.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem).

Sr. Presidente. V. Exa., respeitosamente, ouviu perfeitamente a primeira questão de ordem levantada nesta Casa pelo nobre deputado Borsari Neto que solicita a verificação de quorum; é evidente Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao nobre Deputado Borsari Neto que efetive o seu requerimento.

O SR. BORSARI NETO — Minha intenção, sr. Presidente, era no sentido de que se verificasse o número de votos para a matéria em discussão. Era o que eu queria, a votação deste requerimento que já está em votação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Tenho impressão que o Deputado Mauricio Fruet já está satisfeito com a explicação do nobre Deputado Borsari Neto.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Em parte, estou satisfeito. Mas gostaria, antes da votação requerida pelo Deputado Borsari Neto e pelo Deputado Paulo Poli, que fosse atendida a questão de ordem solicitada pelo Deputado Antônio Belinati, pois, se não existe quorum regimental, assim entende o Deputado Belinati, não poderia de forma alguma ter sequência a sessão, com a votação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Na oportunidade da votação, já ficaria estipulado o quorum necessário.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente

Artigo 176 — Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha delas participado poderá pedir verificação de votação. É o que fez o nobre Deputado Borsari Neto. E V. Exa., ao deferir nova votação, está completamente dentro da forma regimental.

O SR. ANTONIO BELINATI — Neste caso, confesso favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos Srs. Deputados que rejeitam o requerimento de autoria do Deputado Antônio Belinati, queiram levantar-se.

14 Srs. Deputados votaram a favor e dois Srs. Deputados votaram contra. Não há quorum para votação. Nestas condições fica transferida a votação desse requerimento para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 19, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 219-70, 240-70, 69-71, 122-71, 123-71, 145-71 e 220-71.

VOTAÇÃO EM 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 291-71, 224-71, 6-72, 42-72, 59-72 e 60-72.

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 244-70, 49-72, 292-71 e de Resolução n.os 10-72 e 11-72.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 189-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 4.395, de 09 de junho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Rosária Lima Azevedo, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 190-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 4.396, de 09 de junho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Wanda Flizikoski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 03 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 191-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 4.391, de 08 de junho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Cleide Angelina Molinari da Silva, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral